

6 DE ABRIL DE 2021 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

Presidência: CARLÃO PIGNATARI e ITAMAR BORGES

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 108/21. Informa que a deputada Professora Bebel Lula apresentou uma emenda de plenário ao projeto. Esclarece que, desta forma, o projeto voltará para as comissões. Questiona se há acordo para que a sessão seja suspensa por dez minutos, para que a bancada do PT possa avaliar se a emenda será ou não retirada.

2 - JANAINA PASCHOAL

Para questão de ordem, lembra que ontem, em reunião do Colégio de Líderes, houve um acordo para que o assunto fosse debatido no plenário. Ressalta que houve manifestações divergentes, mas acordado de que haveria discussão em plenário. Questiona o presidente se este acordo não prevalecerá.

3 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Destaca que, em sua opinião, a discussão deve ser iniciada e, durante os pronunciamentos, construída uma emenda aglutinativa. Ressalta a obstrução do projeto pela bancada do PSOL. Afirma que irá suspender a sessão para definição da posição da bancada do PT.

4 - PROFESSORA BEBEL LULA

Para questão de ordem, esclarece que deixou clara a posição da bancada do PT, ontem, durante a reunião. Ressalta que não há acordo na forma de compra das vacinas. Diz que irá conversar com a bancada sobre o tema.

5 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Ressalta que sua proposta apresenta um roteiro de votação sem a emenda nº 2, que é o tema desta discussão.

6 - GILMACI SANTOS

Para questão de ordem, pergunta ao presidente se já têm as 19 assinaturas necessárias para a emenda de plenário. Questiona como será votado o projeto.

7 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Esclarece a dúvida do deputado Gilmaci Santos. Suspende a sessão por dez minutos por conveniência da ordem às 15h15min; reabrindo-a às 15h25min. Suspende a sessão por cinco minutos, por conveniência da ordem às 15h26min; reabrindo-a às 15h31min.

8 - PROFESSORA BEBEL LULA

Informa que a bancada irá elaborar um roteiro de votação para o projeto e que retirará a emenda de plenário.

9 - TEONILIO BARBA LULA

Discute o PL 108/21.

10 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Informa que há 20 deputados inscritos para discussão. Afirma que não será possível votar o projeto hoje. Diz que voltarão amanhã para discutir o mesmo tema.

11 - CARLOS GIANNAZI

Discute o PL 108/21.

12 - VINÍCIUS CAMARINHA

Discute o PL 108/21.

13 - EMÍDIO LULA DE SOUZA

Discute o PL 108/21.

14 - PAULO LULA FIORILO

Discute o PL 108/21.

15 - PROFESSORA BEBEL LULA

Discute o PL 108/21.

16 - ITAMAR BORGES

Assume a Presidência.

17 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência.

18 - JANAINA PASCHOAL

Discute o PL 108/21.

19 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se em 07/04 às 10 horas.

20 - LETICIA AGUIAR

Discute o PL 108/21.

21 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Retifica o horário da sessão extraordinária de 07/04, a ser realizada às 11 horas.

22 - MÁRCIA LULA LIA

Discute o PL 108/21.

23 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Lembra a realização da sessão extraordinária, a realizar-se em 07/04, às 11 horas. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e declara aberta a 9ª Sessão Extraordinária em Ambiente Virtual.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Proposição em Regime de Urgência. Discussão e votação. Projeto de lei nº 108, de 2021, de autoria do deputado Paulo Fiorilo.

Autoriza o Poder Executivo a adquirir imunizantes contra a Covid-19 quando não ofertada de maneira suficiente pelo Plano Nacional de Imunização. Parecer nº 289, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao Projeto de lei nº 108, de 2021, com substitutivo, e contrário aos Projetos de lei nºs 128, de 2021, 136, de 2021, e sua emenda, e 154, de 2021, e seu substitutivo. (Em anexo os Projetos de lei nºs 128, de 2021, 136, de 2021, com emenda, 154, de 2021, com substitutivo, e 166, de 2021).

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a deputada Professora Bebel entrou com uma emenda de plenário. Liguei para ela. Se isso acontecer, isso volta para a CCL, para as comissões todas.

Eu pedi a ela para que a gente suspendesse, se houver acordo de todos os líderes, por 10 minutos, esta sessão, para que ela fizesse uma reunião de bancada, para ver se iam retirar ou não. Se a deputada Professora Bebel, líder do PT, não retirar, infelizmente hoje não terá mais nada. E volta para as comissões. Então, se houver

Tem uma questão de ordem da deputada Janaina. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. Pronto.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Obrigada, presidente. Era o som que eu não conseguia. Presidente, só uma indagação. Se eu entendi bem, ontem, no Colégio de Líderes, houve um acordo no sentido de que o assunto seria debatido no plenário. Não houve convergência no mérito. Muitas manifestações divergentes. Mas houve um acordo de que nós debateríamos em plenário.

Então eu gostaria de entender se esse acordo não prevalecerá. Porque, na medida em que a colega apresenta a emenda, muito embora seja um direito dela, do partido dela, eu entendo que está sendo quebrado o acordo do debate do tema em plenário. Eu queria só, se pudesse haver um esclarecimento nesse sentido, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Exatamente, deputada Janaina. Eu liguei para a deputada Professora Bebel, que era minha opinião a de a gente começar a discussão. Enquanto todos falassem a favor e contra, para a gente construir uma aglutinativa. Tanto a bancada do PSOL disse que ia obstruir, como também não tinha acordo na votação.

Por isso que eu gostaria, se pudesse ter um pouco de complacência de cada uma das deputadas e deputados que estão aqui: vamos suspender por cinco minutinhos ou 10 minutinhos. Ai nós voltamos para cá, com a decisão da bancada do PT. Pode ser assim? Alguém tem alguma objeção nesse sentido, ou não?

Dez minutos, para a gente fazer a suspensão. Tem uma questão de ordem da deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Eu apresentei essa emenda e deixei clara a posição da bancada ontem. Isso é uma inverdade, o que está sendo dito aqui.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Exatamente. A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deixei claro que tínhamos acordo com tudo. Menos com esse quesito da forma de compra das vacinas. Conversei antes com a deputada Janaina. Conversei. Fui conversando com pessoas. Nós não temos acordo.

Desta forma que está, não dá, não tem como. Entendeu? Então eu topo. A minha bancada, chamo. Em 10 minutos, se eles topam trocar a emenda de plenário pela votação de roteiro, e me dando essa alternativa, eu volto para cá e digo isso. Ok?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigada, deputada Professora Bebel. Qual era a proposta que eu havia feito à deputada Bebel, que ela vai levar para a bancada?

Eu acho que aqui há uma coisa muito clara: para ela apresentar um roteiro de votação, sendo que não aparecia a emenda nº 2, que era o tema de discussão. Isso, inclusive, com as outras bancadas.

Então era isso. Mas eu gostaria, se pudesse. Tem alguma questão de ordem? Deputado Gilmaci. Eu gostaria que fosse, se pudesse, a última questão de ordem. E vamos suspender por 10 minutos, e voltamos. Não vamos antecipar os nossos problemas. Vamos, daqui a 10 minutos, voltar e continuar, ou não, a nossa discussão. Deputado Gilmaci Santos.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Obrigado, presidente. A minha questão de ordem é a seguinte. Para ter uma emenda de plenário, necessitamos de 19 assinaturas. Correto, presidente? A minha questão de ordem é essa.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Exatamente, deputado.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Já temos as 19 assinaturas na emenda de plenário. Uma vez apresentando o roteiro, esse roteiro também vai para discussão e votação. Uma vez o roteiro sendo derrotado, votaremos então o substitutivo ora apresentado. É isso, presidente?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Exatamente isso, deputado Gilmaci. Exatamente isso.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Já temos as 19 assinaturas para a emenda de plenário, presidente?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Ainda não. A hora que eu abrir as inscrições, nós temos que fazer pelo chat o apoioamento. Mas creio que, se está apresentando, é por que deverá ter as 19 assinaturas.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Não é por bancada, é individual. É isso, presidente?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É individual, 19 assinaturas, é individual. Acho que vamos esperar 10 minutos. Se houver anuência de todos, eu vou suspender por 10 minutos. Agora são 15 horas e 15 minutos.

Suspendemos então até as 15 horas e 25 minutos. Muito obrigado a todos. Então está suspensa a presente sessão até as 15 horas e 25 minutos.

- Suspensa às 15 horas e 15 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 25 minutos, sob a Presidência do Sr. Carlão Pignatari.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Reaberta a sessão. Eu gostaria de ouvir a deputada líder do PT, Professora Bebel. (Pausa.) Está fora ainda. Podemos suspender mais cinco minutinhos, então? Havendo acordo de lideranças, está suspensa a sessão por mais cinco minutos, até as 15 horas e 31 minutos.

- Suspensa às 15 horas e 26 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 31 minutos, sob a Presidência do Sr. Carlão Pignatari.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Reaberta a sessão. Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputada. Está sem som, Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Ativei, ativei. Vamos fazer o roteiro de votação e, em nome da bancada, estou retirando a emenda de plenário.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigada, Professora Bebel. Neste momento estão abertas as inscrições para discussão através do chat. Primeiro orador, deputado Teonílio Barba. Depois, o deputado Carlos Giannazi e depois o deputado Vinícius Camarinha.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Obrigada, presidente. Me ouve? Está me ouvindo, presidente?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Bem, bem.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, presidente Carlão Pignatari. Quero cumprimentar todas as deputadas e todos os deputados.

Antes de entrar no tema, que eu quero discutir o tema, eu preciso primeiro pedir uma ajuda ao senhor, presidente, que fale com o governador João Doria. O governador João Doria, através da superintendência, mandou fechar o IML - Instituto Médico Legal - de Diadema. De Diadema. Veja bem, é um problema grave. Diadema faz em média quatro a cinco exames de corpo de delito e uma necropsia por dia, às vezes duas.

Num momento de pandemia, que nós sabemos de onde vem, o governador nega que tenha mandado fazer isso. Mas ontem foi fechado o Instituto Médico Legal de Diadema, transferindo a atividade de Diadema para São Bernardo do Campo, dizendo que isso é para otimizar recursos, que é momento de economizar.

Vejam bem. No momento gravíssimo que nós estamos vivendo, de uma pandemia, chegando a uma média de quase quatro mil mortes por dia, daqui a pouco, ultrapassando quatro mil mortes por dia. Hoje ultrapassamos 330 mil mortes no Brasil inteiro. E o estado de São Paulo é o estado que tem o maior número de mortos entre todos os estados do Brasil.

Então o Brasil é o epicentro da crise sanitária, e o estado de São Paulo é o epicentro da crise sanitária no Brasil. Então, presidente, eu gostaria que você ajudasse com a sensibilidade que o senhor tem, que tem atendido vários (Inaudível.), que intercedesse junto ao governador João Doria.

Que, num momento como esse, a líder do PSDB, a deputada Analice Fernandes, que é da área da Saúde, também ajudasse a interceder junto ao governador João Doria, porque é um absurdo.

Nesse momento, nós estamos tendo uma crise sanitária que incomoda o mundo. O Brasil está incomodando o mundo. Uma boa parte do mundo está muito aflita com o Brasil. De alguns estados do Brasil, o estado que está à frente é o estado de São Paulo. E o governador fecha o IML. Então eu quero deixar esse pedido, presidente. Se é possível o senhor estar intercedendo, com a sensibilidade que o senhor tem.

É um pedido dos deputados da bancada do PT. Estou fazendo em nome da bancada. Outros deputados do PT vão falar disso. Tem o deputado Marcio da Farmácia, que também

é de Diadema, não sei se ele está em pé ou não. Está dando o mesmo problema lá.

Segunda coisa, voltando para o tema do projeto apresentado pelo deputado Paulo Fiorilo. Antes de entrar direto no projeto eu quero fazer algumas considerações. Primeira. O primeiro debate que houve na Câmara Federal, agora não lembro o número da MP que tratava desse tema. E lá, no debate da MP, o relator introduziu esse debate da compra da vacina pelo setor privado.

Foi um debate longo, o dia inteiro. Nosso querido Alexandre Padilha, médico, liderou a bancada do PT nesse debate. Foi passado pela liderança. E aí, com muita pressão, de todos os deputados, o relator acabou retirando o Art. 14 da MP, que tratava da compra da vacina pelo setor privado. Aquela MP foi aprovada dessa maneira: retirando o Art. 14, com vários destaques sendo debatidos

No segundo momento, avançou-se pela lei federal, que agora eu não lembro o número. A lei federal deu conta, muito bem, de tratar essa questão da compra da vacina. Foi evoluindo. E aí os debates, o PSOL, a Rede, o PSB, o PT, o PCdoB e o PDT foram avançando o debate.

Acabou vingando o que, na lei federal? A lei federal diz o seguinte: que o setor privado pode comprar a vacina aprovada pela Anvisa, pelo Ministério da Saúde. E doação total da compra de vacinas. Doação total até que seja vacinado o grupo prioritário, que é composto por trabalhadores da Saúde, quilombolas, indígenas.

Agora estão entrando trabalhadores da Educação, trabalhadores de vários setores essenciais. Esse grupo é de 77 milhões de pessoas. Então toda a primeira compra do setor privado vai ter que ser doada até que esse grupo prioritário seja vacinado. Até que esse grupo prioritário seja vacinado.

No segundo momento, o setor privado pode continuar comprando. E 50% do que ele continuar comprando, depois de vacinado esse setor que é prioritário, o setor privado tem que ficar comprando e doando 50% para o SUS.

Depois que estiverem vacinados 77 milhões de brasileiros, os outros 50% tem que utilizar de maneira gratuita para os seus funcionários e para os dependentes dos funcionários, dos trabalhadores. É assim que trata a lei federal.

Ela botou várias amarras para que não houvesse, no Brasil, um problema de o SUS não conseguir comprar a vacina, e o setor privado ir comprando e vacinando. Portanto, enquanto a Anvisa trata a palavra “emergencial” o tempo todo, por que a palavra emergencial?

A palavra “emergencial” é colocada porque, quem primeiro tem que comprar a vacina, adquirir a vacina, é o setor público, é o Ministério da Saúde. É o Ministério da Saúde, os governos estaduais com as suas secretarias de Saúde, os municípios com as suas secretarias de Saúde. Por isso que a palavra “emergencial” é extremamente importante. Na hora que a palavra “emergencial” sumir do relatório da Anvisa

A Anvisa aprova quase tudo com a palavra “emergencial”. Só tem duas aprovadas até agora: a Coronavac e a da Pfizer. As duas aprovadas até agora. A hora que sumir essa palavra, “emergencial”, está aberta a concorrência. Compra quem pode, quem tem capacidade de comprar, de importar, quem tem relação internacional.

Então hoje todas as compras têm que haver a autorização do Ministério da Saúde, ou feitas pelo Ministério da Saúde. Então a lei federal deu conta de tratar e evoluir para isso. Mas a vontade do mercado e de alguns que falam que defendem os trabalhadores, de alguns deputados e algumas deputadas, é de defender que o setor privado pode comprar a hora que quer. Não pode ser isso. Tem que seguir o roteiro da lei federal.

Existe um novo projeto em Brasília, um novo debate. Inclusive, eu vi a defesa da deputada Celina Leão, defendendo. É uma deputada, se não me engano, do Partido Progressista. Defendendo que não se pode comprar de qualquer jeito, a semana passada, na Globonews. Ela fazia um debate. “Não, o setor privado tem que comprar à vontade, isso não impede o setor público de comprar.”

Então, nós evoluímos para uma lei para garantir que primeiro tem que ser vacinado o grupo prioritário, esse grupo de 77, quase 78 milhões de pessoas, e depois foram incluindo outros setores.

Para mim acho que ainda falta incluir alguns, por exemplo, o setor de transporte público não está incluído ainda nesse grupo de prioritários, como o governador aqui de São Paulo incluiu os trabalhadores da Educação e os trabalhadores da Segurança Pública, que são trabalhadores que estão totalmente expostos ao contágio do coronavírus.

Então eu vejo, presidente, com muita preocupação essa tentativa de desfigurar o projeto estadual como havia sido proposto pelo deputado Paulo Fiorilo. Ai incluímos o Cadin, que é importante ter a participação do Cadin, mas tem aí agora uma questão que trata que a compra para o setor privado pode ser liberada.

Ai não dá, né, gente? Não dá para concorrer com o Sílvio Santos, não dá para concorrer com os grandes grupos econômicos, os trabalhadores não conseguem concorrer com isso, não conseguem. Eu sou daqueles que vou defender minimamente aquilo que está previsto na lei federal.

Questão do soro eu estou tranquilo, desde que haja comprovação, teste, comprovação científica, não vou entrar neste debate agora, mas a questão de escancarar para o setor privado comprar, gente... Nós não conseguimos, os trabalhadores não conseguem concorrer com a Fiesp e a Fiesp não vai comprar para os trabalhadores.

Nós não conseguimos concorrer com a Anfavea - Associação Nacional de Fabricantes de Veículos, e eles não vão comprar para seus trabalhadores; consegue comprar para os seus trabalhadores onde há negociação com os sindicatos, aí consegue.

Nós não vamos conseguir concorrer com o empresariado do agronegócio. Aqui tem representantes do agronegócio, que eu não sou contrário, deixar bem claro, o deputado Frederico d’Ávila, deputado Barros Munhoz, deputado Carlão Pignatari, deputado Itamar Borges.

Eu sou uma das pessoas que defende um dos setores econômicos importantes deste País como o agronegócio, mas nós não vamos concorrer com o agronegócio.

Dos trabalhadores quem tem que cuidar é o governo, governo federal, governo estadual e governo municipal, coisa que o presidente da República abriu mão de cuidar. Coisa que o presidente da República, esse genocida, abriu mão de defender, de fazer uma campanha nacional.

Então, nós precisamos nesse debate discutir com muita serenidade. Se aqui toda a Assembleia defender que tudo o que nós fizemos vai estar amarrado à lei federal, eu vou defender junto com todos os deputados, mas eu não posso defender uma coisa...

Veja bem, Frederico d’Ávila, o meu sindicato ao qual pertenço, o Sindicato dos Trabalhadores, nós apresentamos, fizemos um debate junto a especialistas de Saúde, que foram ministros da Saúde no governo do presidente Lula, no governo Dilma, Alexandre Padilha, Arthur Chioro, nós fizemos um debate e nós apresentamos uma proposta para o Sinfavea que faça a compra, mas seguindo todas as regras da lei federal.

Tudo o que comprar primeiro tem que ser doado até vacinar esse grupo prioritário de 77 milhões de brasileiros, depois a segunda fase, 50% continua doando para o SUS e metade para vacinar os operários, trabalhadores das montadoras, o setor automotivo, indústria de autopeças e outros setores que a gente topar discutir.

Então veja bem, é diferente, nós estamos nos pautando em uma coisa que é a lei federal. Então, presidente, qualquer coisa fora disso eu vejo com muita preocupação. Eu vejo gente falando que quer defender os trabalhadores, quer fazer isso,

fazer aquilo, mas quem é que tem realmente poder de compra no Brasil hoje?

Os primeiros que têm poder de compra não são nem os governos, é o setor financeiro, depois o setor empresarial, depois os governos com todas as suas deficiências municipais, estaduais e a deficiência nacional pela inoperância do governo federal, governo que jogou contra o tempo todo as mínimas condições sanitárias, que eram o uso da máscara, o uso do álcool em gel, o distanciamento social.

Está provado hoje que quem fez isso pelo mundo afora, quem aliás utilizou até do lockdown, está à frente de nós aqui no Brasil, e os estados aqui hoje que estão praticando um distanciamento social mais rigoroso, mais duro, estão à frente do estado de São Paulo, e olha que o estado de São Paulo é o estado mais pujante da economia brasileira, é o estado que tem o maior número de unidades de saúde pública, de pront-socorros da família, de UPAs.

Mesmo quando se vai para o setor privado é o maior estado que tem as melhores condições na saúde suplementar, seja através de quem compra seus planos médicos através de planos ou convênios ou através de consórcios de empresas, ou seja através daqueles que pagam particulares. Então, presidente, é um debate extremamente importante que eu acho que nós temos que fazer com muita serenidade.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para concluir, deputado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para concluir, presidente. Obrigado, presidente. Só para fazer esse pedido a todos os deputados, que vamos ter um carinho muito grande pela questão do SUS, dos trabalhadores serem atendidos primeiro e seguindo sempre aquela ordem... (Vozes sobrepostas.)

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Bom, para falar, deputado Carlos Giannazi, mas um minuto só, nós temos já 20 deputados inscritos. Então, infelizmente, hoje não será votado novamente esse projeto, cada um falando 15 minutos são 300 minutos, são cinco horas de discussão. Não há nenhum problema, hoje nós vamos ter uma extra e amanhã nós voltaremos com o mesmo tema.

Para falar, deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, deputados, deputadas, telespectador da TV Assembleia. Primeiro gostaria de manifestar a nossa preocupação e na verdade o nosso pânico com esses dados que foram apresentados na data de hoje.

Nós perdemos em 24 horas, no estado de São Paulo, 1.389 pessoas, ou seja, 1.389 pessoas morreram em 24 horas no estado de São Paulo. Isso é muito grave. Esse é o motivo para parar a Assembleia Legislativa, parar o estado de São Paulo e a gente participar ativamente do processo de busca de soluções para o que vem acontecendo em São Paulo. É um verdadeiro genocídio também no nosso estado, uma crise sanitária, um colapso no sistema de Saúde.

Todos estão acompanhando nas suas regiões, nas suas cidades, o colapso da Saúde, falta de remédios, falta de leitos de UTI. Nós temos notícias de hospitais que estão amarrando os pacientes que estão intubados, porque não tem mais remédio, minha gente, isso é muito grave e desumano. Então, colapso no sistema de Saúde, já temos colapso também no sistema funerário. Há dificuldades até para fazer um atestado de óbito hoje em nosso estado.

A situação é de uma gravidade sem precedentes, e a Assembleia Legislativa tem que sair da arquibancada, ela tem que entrar nesse jogo de uma forma muito mais forte, porque ela não está participando, não está tomando as devidas providências. Está a reboque do Poder Executivo. A Assembleia Legislativa tem um papel fundamental, ela pode muito neste momento.

Eu queria manifestar esta preocupação e este pânico, que já toma conta de toda a população no estado de São Paulo, e falar da nossa inércia. É isto que está acontecendo, a Assembleia Legislativa não votou, até agora, um projeto de renda emergencial para a população.

Não votou um projeto para socorrer os pequenos comerciantes, o microempresário, que garante o emprego na ponta da população. A Alesp tem que cumprir o seu papel, não só o de legislar e fiscalizar o Poder Executivo, mas também de representar, de fato, os interesses e as necessidades da população.

E, no meio de tudo isso, neste contexto, eu vejo ainda o secretário da Educação fazer uma cruzada da morte, nos atacando - a mim e a deputada Bebel -, porque nós apresentamos dois PDLS revogando aquela farsa do decreto que torna a Educação atividade essencial.

Um truque jurídico, uma farsa aquele decreto, porque todos nós sabemos que a Educação nunca foi prioridade, nunca foi essencial para os governos do PSDB. Por isso é que as nossas redes de ensino estão sucateadas e degradadas.

No entanto, o secretário da Educação, para agradar aos grupos empresariais da Educação, aos grandes grupos empresariais, para fazer média e atender os interesses desses grupos, editou um decreto para que ele sirva de um instrumento jurídico a mais para pressionar a reabertura das escolas, a volta às aulas presenciais. Ou seja, este governo está fazendo uma cruzada da morte em relação a isso.

Então, dentro deste contexto todo que eu citei, de colapso, de pessoas morrendo, o secretário continua fazendo a cruzada da morte. Baixa até decreto, dizendo que vai abrir escola em qualquer cenário. “Abre escola porque escola é essencial”. É mentira, a escola não é essencial para o governo, nunca foi. Isso é uma farsa.

la fazer esse registro ainda e dizer também da nossa indignação sobre o que aconteceu ontem aqui em São Paulo, na Capital.

A Secretária - também do PSDB -, o secretário Padula, que, até ontem, era chefe de Gabinete da Secretaria da Educação, aquele secretário que foi citado no escândalo da merenda, da máfia da merenda escolar - todos se lembram -, eles organizaram, aqui em São Paulo, uma testagem dos profissionais da Educação. Uma testagem que foi realizada em um grande processo de aglomeração, de aglomerações em vários CEUs da cidade de São Paulo.

Foi um verdadeiro escândalo. Os professores, o pessoal do quadro de apoio escolar e gestores, todos estavam lá aglomerados, porque não houve organização. Eu até disse que talvez o Bruno Covas tenha contratado o general Eduardo Pazuello, que diziam que era especialista em logística. Parece-me que, como ele foi demitido do governo Bolsonaro, o Bruno Covas o convidou para organizar esta testagem em massa na rede municipal de ensino dos profissionais.

Deu uma confusão geral. Foi um escândalo. Toda a mídia falou isso. Imagens e mais imagens correndo o Brasil afora, mostrando a incompetência e a irresponsabilidade criminosas da Prefeitura de São Paulo, da gestão Bruno Covas e da Secretaria da Educação de organizar uma testagem que, na verdade, expôs milhares e milhares de servidores da Educação à contaminação e à morte.

Tudo isso aconteceu ontem aqui na Capital. Uma vergonha, um escândalo. Mas eu acho que foi o Pazuello que organizou isso aí, só pode ser. O Bruno Covas deve ter contratado o Pazuello.